

INTERVENÇÃO FEITA NO PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA EM EM 7.11.2007 SOBRE O ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2008

Sr. Presidente da Assembleia da República

Sr. Primeiro Ministro

Srs. Membros do governo

Sras. e srs. Deputados

O governo afirma que a situação económica do País será melhor no próximo ano. Infelizmente a realidade é outra.

Portugal enfrenta actualmente um contexto internacional e comunitário e uma situação interna muito difícil. A nossa economia ainda não saiu da crise em que está mergulhada desde 2000, não tendo entrado numa fase de cruzeiro como já tinha sucedido com a generalidade dos países da União Europeia. E surge agora a crise financeira americana cujas consequências são ainda imprevisíveis; um euro sobrevalorizado que está a determinar a perda crescente de competitividade das exportações europeias; o barril de petróleo próximo dos 100 dólares; e, internamente, famílias e empresas fortemente endividadas, desemprego crescente, graves desigualdades sociais, 2 milhões de portugueses a viver abaixo do limiar da pobreza e uma economia que corre o risco, antes de conseguir sair da crise, de sofrer uma nova recaída.

A Proposta de OE2008 subestima ou mesmo ignora esta realidade, e não contém medidas adequadas para enfrentar nem os novos riscos externos nem a gravidade da situação interna. É uma proposta em o governo procura ocultar a verdadeira situação do País porque se ela fosse dita aos portugueses estes ficariam a saber que, apesar de tantos sacrifícios, eles foram inúteis porque os principais problemas do País continuam por resolver.

O governo pelo 3º ano consecutivo apresenta um orçamento que pretende reduzir o défice para além dos compromissos tomados com Bruxelas. E gaba-se disso, esquecendo o mal que isso está a provocar à economia do País e aos portugueses.

Se o governo se tivesse limitado a cumprir os objectivos que constam do PEC, o investimento público poderia ter aumentado entre 2006 e 2008 em mais de 2.600 milhões de euros, sem violar o compromisso assumido com Bruxelas, o que certamente teria um impacto positivo na economia. Mas o governo preferiu ser considerado “bom aluno”, embora à custa do prolongamento e do agravamento da crise económica e social.

Em 2008, para ocultar uma eventual quebra do investimento público, o governo retirou do PIDDAC a REFER e as Estradas de Portugal, cujo contributo para o investimento público em 2007 atinge 2.000 milhões de euros. Desta forma, o governo pode reduzir o investimento público em 2008 sem dar nas vistas porque aquelas empresas foram retiradas ao controlo da Assembleia da República.

O governo tem a esperança que o investimento privado compense a quebra no investimento público. Mas o passado já mostrou que as previsões do governo neste campo nunca acertam. Em 2005 e 2006, o governo previu um crescimento do investimento total entre 2% e 5%, mas o investimento diminuiu cerca de 2%

em cada ano. Em 2007, o aumento do investimento total deverá ser metade do previsto pelo governo.

O governo afirma que durante os seus dois anos de governação foram criados 60.000 postos de trabalho. Mas para obter este valor manipulou estatísticas do INE. Comparou trimestres não homólogos. Se tivesse comparado o 1º Trimestre de 2005 com o 1º Trimestre de 2007 o aumento seria de 41 mil. E se a comparação fosse entre o 2º Trimestre de 2005 e o 2º Trimestre de 2007 o aumento já seria apenas de 21 mil. E mesmo este aumento é aparente, porque foi conseguindo através do aumento de 28 mil empregos a tempo parcial.

Contrariamente àquilo que o governo pretende fazer crer a nossa economia não está a criar um número líquido significativo de empregos qualificados. Apesar do nível de escolaridade da população empregada ter aumentado, embora lentamente, 116.000 empregos qualificados foram destruídos durante os últimos 2 anos, tendo sido substituídos, na sua maioria, por postos de trabalho menos qualificados e com salários mais baixos. A prová-lo estão os desempregados com o ensino superior que, em dois anos, aumentaram 63%, ou seja, seis vezes mais do que o desemprego total. É a perpetuação de um modelo de crescimento que não tem futuro.

Embora o desemprego esteja a aumentar em Portugal, como confirmam os dados publicados em Outubro pelo Eurostat, os desempregados a receberem subsídio de desemprego têm diminuído. De acordo com informações dadas pelo próprio governo nesta Assembleia, entre Março de 2006 e Junho de 2007, o número de desempregados a receber subsídio diminuiu em 42.000, tendo a taxa de cobertura passado de 57% para 46%. E vai continuar a baixar em 2008 porque depois das despesas com o subsídio de desemprego ter diminuído -4,2% em 2007, ela vai aumentar apenas 1,6% em 2008 Esta foi uma pergunta que fizemos ontem ao sr. 1º ministro, mas como é habitual quando as perguntas são incomodas, o 1º ministro não respondeu.

No OE2007 previa-se que o Estado perdesse de receita fiscal cerca de 1.200 milhões de euros devido a benefícios fiscais concedidos no âmbito do IRC. No entanto, como consequência de uma alteração legislativa aprovada depois do OE2007, a perda de receita fiscal este ano será superior a mais de 2.000 milhões de euros, ou seja, sofre num único ano uma subida de 66%, valor esse que vai aumentar ainda mais em 2008. Compare-se estas mãos largas do governo em relação aos grandes grupos económicos com a actualização dos escalões do IRS em apenas 2,1%; com a redução do rendimento dos reformados isento de IRS de 6.100 para 6.000; e com o aumento de 80% para 90% em 2008 do rendimento dos deficientes sujeito a IRS. Será esta a equidade que o sr. Ministro das Finanças tanto fala e defende ?.

Em 2008, os trabalhadores da Administração Pública vão sofrer mais uma redução do seu poder de compra a juntar à redução de 10% que já sofreram desde 2000. E isto porque a proposta de subida nos vencimentos de apenas 2,1% será certamente inferior à inflação que se verificará em 2008, como tem sucedido sempre em anos anteriores. Estão orçamentados em 2008 para “remunerações certas e permanentes” menos 500 milhões de euros que em 2006, o que determinará ou o despedimento, ou a colocação na SME ou aposentações forçadas e prematuras para milhares de trabalhadores.

Enquanto se verifica uma redução nas remunerações, o governo prevê gastar, entre 2006-2008, com aquisições de serviços a empresas privadas – estudos, pareceres, projectos, assistência técnica, trabalhos especializados e outros serviços – cerca de 3.500 milhões de euros, ou seja, sete vezes mais do que a redução das remunerações, sendo 1.200 milhões de euros em 2008. No lugar de aproveitar a capacidade dos trabalhadores da Administração Pública para realizar parte daqueles serviços, poupando milhões de euros ao Estado, o governo prefere externalizar serviços, para dar negócios lucrativos aos privados, embora à custa da dignidade e da segurança dos trabalhadores e suas famílias. Esta foi também uma pergunta que fizemos ontem ao sr. 1º ministro, mas como é habitual quando as perguntas são incomodas, o 1º ministro não respondeu.

O governo afirma que a sua consolidação orçamental foi conseguida sem medidas extraordinárias. No entanto se o valor das “remunerações certas e permanentes” dos trabalhadores da Administração Pública de 2006 tivessem sido actualizadas com base na taxa de inflação, elas corresponderiam, em 2008, a um valor superior em 1.700 milhões de euros ao inscrito no OE2008. E não incluímos neste valor nem a Administração Local e Regional nem o efeito do congelamento das carreiras. E entre 2006 e 2008, a redução do défice das Administrações Públicas é de 1.900 milhões de euros a preços correntes. Dizer que o aumento das remunerações inferior à taxa de inflação não é uma medida extraordinária não deixa de ser surpreendente

Fazemos votos para que o governo não se mantenha surdo e cego na sua torre de arrogância como tem acontecido até aqui e que a consciência social do PS não esteja nem amordaçada nem extinta.

Eugénio Rosa
Deputado
7.11.2007